



# Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

[Preparar para impressão](#)

Vigência a partir de **18 de Dezembro de 2013**.

Dada por [Emenda à Lei Orgânica nº 11 de 17 de Dezembro de 2013](#)

## PREÂMBULO

Os Vereadores da Câmara Municipal de Agudo reunidos em Assembléia, no uso das prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, afirmando a autonomia política e administrativa de que é investido o Município como integrante da Federação Brasileira, invocando a proteção de Deus, promulgam a seguinte LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

## TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 1º. A organização político-administrativa do Município de Agudo, como entidade federativa, rege-se por esta Lei Orgânica e as demais Leis que adotar, observados os preceitos estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º Os limites do território do Município só podem ser alterados por Lei Estadual, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar.

§ 2º A cidade de Agudo é a sede do Município.

§ 3º São símbolos do Município a Bandeira e o Brasão, representativos de sua cultura e história.

§ 4º O dia 16 de fevereiro é a data magna municipal.

Art. 2º. Ao município é vedado:

- I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, impedir-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;
- II – recusar fé aos documentos públicos;
- III – criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si.

Art. 3º. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único **(Revogado)**

Art. 4º. O Município pode celebrar convênios com a União, com o Estado e com outros Municípios, para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, para a execução de suas Leis, serviços e decisões, bem como para executar encargos análogos dessas esferas.

§ 1º Pode, ainda, o Município, através de convênio ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por Lei dos Municípios Participantes.

§ 2º É permitido delegar entre o Estado e o Município, também por convênio, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários.

Art. 5º. Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

- I – dispor, através de leis, atos e medidas, assuntos de interesse local;
- II – legislar em caráter suplementar à legislação Federal e à Estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar tributos de sua competência;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, nos termos da Legislação Estadual;

- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII – promover o ordenamento territorial, através de planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio Histórico-cultural, observada a legislação e a competência fiscalizadora Federal e Estadual;
- X – organizar seus serviços administrativos;
- XI – administrar seus bens;
- XII – desapropriar, por necessidade ou interesse social, ou utilidade pública, nos casos previstos em lei;
- XIII – estabelecer o planejamento municipal com a cooperação das associações representativas;
- XIV – disciplinar o serviço de limpeza pública e a remoção de lixo domiciliar;
- XV – dispor sobre a prevenção de incêndio;
- XVI – licenciar estabelecimentos industriais e comerciais;
- XVII – fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais.

## **CAPÍTULO II DOS BENS MUNICIPAIS**

Art. 6º. São bens municipais todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

§ 1º A administração dos bens municipais é de competência do Prefeito, exceto os que são utilizados nos serviços da Câmara Municipal.

§ 2º É vedada a doação, venda, permuta ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins e largos públicos.

§ 3º A aquisição de bens imóveis, por compra permuta ou doação onerosa, dependerá de prévia autorização da Câmara Municipal.

Art. 7º. O uso dos bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão ou permissão, conforme o interesse público o exigir e em local definido por lei.

Art. 8º. **(Revogado)**

I – **(Revogado)**

- a) **(Revogado)**
- b) **(Revogado)**
- c) **(Revogado)**
- d) **(Revogado)**

II – **(Revogado)**

- a) **(Revogado)**
- b) **(Revogado)**
- c) **(Revogado)**
- d) **(Revogado)**

Art. 9º. Todos os bens municipais devem ser cadastrados com a identificação respectiva.

## **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 10. **(Revogado)**

Art. 11. **(Revogado)**

Art. 12. **(Revogado)**

§ 1º **(Revogado)**

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Art. 13. (Revogado)

Parágrafo único. (Revogado)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

Art. 14. (Revogado)

Art. 15. (Revogado)

Art. 16. (Revogado)

Art. 17. (Revogado)

Art. 18. (Revogado)

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Art. 19. (Revogado)

a) (Revogado)

b) (Revogado)

c) (Revogado)

Parágrafo único (Revogado)

Art. 20. (Revogado)

Art. 21. A criação de autarquia será feita por lei específica, assim como a autorização para a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública.

Parágrafo único (Revogado)

Art. 22. As obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, nos termos da Lei.

Art. 23. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 24. As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em Lei.

Art. 25. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, observado o disposto em Lei Federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único A Lei Federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Art. 26. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

## **SEÇÃO II**

### **DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS**

Art. 27. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

**Citado em:** Caput do Art. 90. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na

carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, bem como os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o limite estabelecido no inciso XI, do artigo 37, da Constituição Federal;

**Citado em:** § 3º do Art. 27. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** § 1º do Art. 27. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** XV - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**Citado em:** XV - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

**Vide:** XIV - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** XI - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

§ 1º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

**Vide:** XI - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 2º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Lei Orgânica, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 3º Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei."

**Vide:** XI - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

**Art. 28.** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse."

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

III – (Revogado)

IV – (Revogado)

V – (Revogado)

VI – (Revogado)

VII – (Revogado)

VIII – (Revogado)

IX – (Revogado)

X – (Revogado)

XI – (Revogado)

XII – (Revogado)

XIII – (Revogado)

XIV – (Revogado)

XV – (Revogado)

Art. 29. O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

I – (Revogado)

II – (Revogado)

III – (Revogado)

a) (Revogado)

b) (Revogado)

c) (Revogado)

d) (Revogado)

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º O Município manterá escola de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no artigo 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI da Constituição Federal.

**Citado em:** § 8º do Art. 29. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 5º A legislação municipal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

§ 6º Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º A legislação municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do §4º."

**Vide:** § 4º do Art. 29. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

Art. 30. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 31. (Revogado)

Art. 32. (Revogado)

Art. 33. (Revogado)

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Art. 34. (Revogado)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

III – (Revogado)

IV – (Revogado)

V – (Revogado)

Art. 35. (Revogado)

Parágrafo único (Revogado)

Art. 36. (Revogado)

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO PODER LEGISLATIVO**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 37. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal nos termos desta Lei Orgânica.

Parágrafo único A legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 38. A Câmara Municipal é composta de nove vereadores, eleitos na forma da lei."

Parágrafo único O número de Vereadores será proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos pela Constituição Federal.

Art. 39. A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, no Município, de 1º de março a 23 de dezembro, nos dias estabelecidos no seu Regimento Interno.

§ 1º A Câmara funcionará em recinto previamente destinado para tal.

§ 2º (Revogado)

§ 3º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Além de outras situações previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento, a Câmara Municipal reunir-se-á para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – receber o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 5º A Câmara Municipal, a partir de 1º de janeiro no primeiro ano da legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias para a posse de seus membros e para eleição da Mesa para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º A Mesa Diretora da Câmara Municipal tem mandato de um ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.

§ 6º A Câmara Municipal, em caso de urgência ou interesse público relevante, poderá ser convocada extraordinariamente para deliberar sobre matéria específica por iniciativa da Presidência, do Prefeito Municipal ou a requerimento da maioria dos membros da Casa.

Art. 40. As deliberações da Câmara Municipal, salvo disposição em contrário nesta Lei Orgânica, serão tomadas por maioria de votos individuais e intransferíveis, presente a maioria de seus membros.

Parágrafo único O Presidente da Câmara votará apenas quando houver empate nas votações e quando a matéria exigir deliberação por quorum de maioria absoluta ou qualificada.

Art. 41. Na constituição da Mesa, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que integram a Casa.

Parágrafo único Ao Presidente da Mesa compete, além do que atribuir o regimento interno, a presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representá-la judicial e extrajudicialmente, bem como desempenhar as atribuições que lhe são conferidas por esta Lei Orgânica.

Art. 42. **(Revogado)**

Art. 43. À Câmara Municipal fica assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira.

### **SUBSEÇÃO I INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA**

Art. 44. No dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, a Câmara Municipal, sob a presidência do mais idoso dos edis presentes, reúne-se em sessão solene de instalação da legislatura, na qual deve ocorrer a posse dos Vereadores, a eleição da Mesa Diretora e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.

**Citado em:** Caput do Art. 6º. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** Caput do Art. 6º. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 1º Os atos de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito devem ocorrer independentemente de número de Vereadores presentes.

§ 2º No ato de posse dos Vereadores, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE, DA HONRA E DO BEM COMUM.

§ 3º Depois de proferido o compromisso previsto no parágrafo anterior, será feita a chamada nominal de cada Vereador que, em pé, declarará "ASSIM O PROMETO" e assinará o termo de posse.

§ 4º Não sendo realizada a eleição da Mesa Diretora, a Câmara Municipal receberá, ainda sob a presidência do mais idoso dentre os vereadores presentes e depois da posse destes, o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito, a quem dará posse.

§ 5º O vereador mais idoso dentre os presentes à sessão de instalação da legislatura permanecerá na presidência da Câmara Municipal e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa e, imediatamente, empossados os seus membros.

### **SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 45. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito Municipal:

**Citado em:** Parágrafo único. do Art. 83. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;

II – dispor sobre o plano plurianual;

III – dispor sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e sobre lei orçamentária anual;

IV – **(Revogado)**

V – criar, estruturar e definir as atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Municipal;

VI – disciplinar a concessão ou permissão dos serviços públicos municipais;

- VII – deliberar sobre empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de seu pagamento;
- VIII – transferir temporariamente a sede do Município;
- IX – regular o tráfego e o trânsito nas vias públicas, atendidas as necessidades de locomoção das pessoas portadoras de deficiência;
- X – disciplinar a localização de substâncias potencialmente perigosas nas áreas urbanas;

Art. 46. Compete, exclusivamente, à Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica:

**Citado em:** Caput do Art. 89. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** Caput do Art. 83. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

- I – dispor, através de resolução, sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
  - II – elaborar seu Regimento Interno;
  - III – eleger sua Mesa;
  - IV – determinar a prorrogação de suas sessões;
  - V – fixar os subsídios de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I, da Constituição Federal;"
  - VI – julgar as contas do Prefeito Municipal."
  - VII – **(Revogado)**
  - VIII – apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
  - IX – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
  - X – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
  - XI – receber o compromisso do Prefeito e do Vice-prefeito, dar-lhes posse, conceder-lhes licença e receber renúncia;
  - XII – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município por período superior a quinze dias."
- Citado em:** II - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008
- XIII – autorizar o Prefeito a contrair empréstimos, estabelecendo as condições e respectiva aplicação;
  - XIV – **(Revogado)**
  - XV – **(Revogado)**
  - XVI – autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da Lei;
  - XVII – autorizar, previamente, a alienação de bens imóveis do Município;
  - XVIII – deliberar sobre os pareceres emitidos pela Comissão de Finanças previstas no artigo 91, § 1º;
- Vide:** § 1º do Art. 91. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990
- XIX – receber a renúncia de Vereador;
  - XX – declarar a perda de mandato de Vereador, por maioria absoluta de seus membros;
  - XXI – convocar Secretários Municipais ou titulares de cargos equivalentes para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada;"
  - XXII – **(Revogado)**
  - XXIII – apreciar o veto do Poder Executivo;
  - XXIV – conceder título de Cidadão Agudense ou qualquer outra honraria, mediante proposição aprovada pela maioria absoluta de seus membros."
  - XXV – deliberar, mediante resolução sobre quaisquer assuntos de sua economia interna, e, nos demais casos de sua competência privativa que tenham efeitos externos, por meio de decreto legislativo;
  - XXVI – deliberar, dentre outros atos e medidas, mediante requerimento, indicações e moções, na forma do Regimento Interno.

### **SEÇÃO III DOS VEREADORES**

Art. 47. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 48. Os Vereadores, no exercício de sua competência, tem livre acesso aos órgãos da administração direta e indireta do Município, mesmo sem prévio aviso.

Art. 49. Os Vereadores não poderão:

- I – desde a expedição do diploma:

**Citado em:** b) - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990



a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**Citado em:** c) - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** b) - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;

**Vide:** a) - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

**Vide:** a) - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo."

**Art. 50. Perderá o mandato o vereador:**

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

**Citado em:** § 2º do Art. 50. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**Citado em:** § 2º do Art. 50. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão autorizada;

**Citado em:** § 3º do Art. 50. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral;

**Citado em:** § 3º do Art. 50. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

**Citado em:** § 2º do Art. 50. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso da inviolabilidade e a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da mesa ou de partido político representado na casa, assegurada a ampla defesa.

**Vide:** VI - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** II - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** I - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III e V, a perda será declarada pela Mesa da Casa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

**Vide:** V - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** III - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

**Art. 51. Não perderá o mandato o Vereador:**

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – investido em cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

**Citado em:** § 1º do Art. 51. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

II – investido em cargo, emprego ou função pública, desde que haja compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

III – licenciado pela Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em cargo prevista no inciso I, de licença, nos termos da lei específica, e se o Presidente da Câmara tiver que exercer o cargo de Prefeito por prazo superior a 15 dias.

**Vide:** I - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em cargo prevista no inciso I e de licença.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pelo subsídio de Vereador.

§ 4º Investido em cargo, emprego ou função pública e não havendo compatibilidade de horário, será facultado ao Vereador optar pelo subsídio de Vereador.

**Art. 52. (Revogado)**

**Art. 52. Os Vereadores serão remunerados exclusivamente por subsídio, em parcela única, fixado por Resolução, para a legislatura seguinte, a ser promulgada no primeiro semestre do ano de realização das eleições municipais, vedado o**

acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI, da Constituição Federal.

Parágrafo único (Revogado)

Parágrafo único O Vereador tem direito à percepção do subsídio quando estiver licenciado para tratamento de saúde.

## **SEÇÃO IV DAS COMISSÕES**

Art. 53. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento ou no ato de que resultar sua criação.

**Citado em:** Caput do Art. 44. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 1º Na constituição de cada Comissão deverá ser observada, quando possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares.

§ 2º (Revogado)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

III – (Revogado)

IV – (Revogado)

V – (Revogado)

VI – (Revogado)

Art. 54. Poderão ser criadas, mediante requerimento de um terço dos membros da Casa, Comissões Parlamentares de Inquérito, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.

**Citado em:** Caput do Art. 73. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** Caput do Art. 44. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

Parágrafo único Às Comissões Parlamentares de Inquérito serão reconhecidos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

## **SEÇÃO V DO PROCESSO LEGISLATIVO**

### **SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 55. O processo Legislativo compreende a elaboração de:

**Citado em:** Parágrafo único. do Art. 1º. - Lei Complementar nº 1 de 02 de Julho de 2001

I – emendas à Lei Orgânica;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – decretos legislativos;

V – resoluções;

### **SUBSEÇÃO II EMENDAS À LEI ORGÂNICA**

Art. 56. a Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço dos Vereadores;

II – do Prefeito Municipal.

§ 1º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção do Estado no Município.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de dois terços dos integrantes da Casa.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

**Citado em:** Parágrafo único. do Art. 191. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 4º A matéria constante de proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

### **SUBSEÇÃO III DAS LEIS**

Art. 57. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as Leis que disponham sobre:

- a) criação e aumento de remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;
- b) servidores públicos no Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- c) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da Administração Municipal.

§ 2º A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, será exercida por manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município.

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** Caput do Art. 163. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

Art. 58. Não será admitido aumento da despesa prevista:

- I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito;
- II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 59. O Prefeito Municipal poderá solicitar que a Câmara Municipal aprecie em regime de urgência os projetos de sua iniciativa.

**Citado em:** § 2º do Art. 148. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 1º Recebida a solicitação, a Câmara Municipal terá quarenta e cinco dias para apreciar tais projetos.

§ 2º Não havendo deliberação no prazo previsto, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação de qualquer outro assunto, até que se ultime a votação.

§ 3º Os prazos de que trata este artigo não correm nos períodos de recesso parlamentar, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 60. A Câmara Municipal, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta de seus membros, pode retirar da Ordem do dia, em caso de convocação extraordinária, Projeto de Lei que não tenha tramitado no poder Legislativo por no mínimo trinta dias.

Art. 61. O Projeto de Lei, se aprovado, será enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

**Citado em:** Caput do Art. 156. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** III - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** II - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 1º Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção.

**Citado em:** § 6º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** § 6º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 4º O veto será apreciado dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos integrantes da casa, em escrutínio secreto.

**Citado em:** Parágrafo único. do Art. 156. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008 • **Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito Municipal.

**Citado em:** § 6º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** § 6º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 6º Se a Lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

**Vide:** § 5º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** § 3º do Art. 61. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Citado em:** II - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

Art. 62. A matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos integrantes da Câmara Municipal.

Art. 63. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

## SEÇÃO VI

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 64. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e dos órgãos da administração, e de quaisquer entidades constituídas ou mantidas pelo Município, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle de cada um dos Poderes.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, não podendo ser negada qualquer informação, a pretexto de sigilo, a esse órgão estadual.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 65. Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 66. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato poderá, e os servidores públicos deverão, denunciar, perante o Tribunal de Contas do Estado, quaisquer irregularidades ou ilegalidades de que tenham conhecimento.

## **CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO**

### **SEÇÃO I DO PREFEITO E VICE-PREFEITO**

Art. 67. O poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 68. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente, no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao do término do mandato vigente.

§ 1º A eleição do prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º A posse dar-se-á no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição e acontecerá perante a Câmara Municipal.

§ 3º Ao tomarem posse, o Prefeito e o Vice-prefeito prestarão o seguinte compromisso: " PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA".

**Citado em:** Caput do Art. 7º. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 4º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiverem assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 69. O Vice-Prefeito exercerá as funções de Prefeito nos casos de impedimento do titular e lhe sucederá em caso de vaga.

Parágrafo único O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por Lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado.

Art. 70. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, assumirá o Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º Em caso de vacância de ambos os cargos, far-se-á nova eleição noventa dias depois de aberta a segunda vaga e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

§ 2º O Presidente da Câmara Municipal ficará na chefia do Poder Executivo até o final do mandato se a segunda vaga ocorrer a menos de um ano do término do quadriênio.

Art. 71. Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito fará declaração de bens, que será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Parágrafo único O Vice-Prefeito fará declaração de bens, na forma deste artigo, no momento em que assumir, pela primeira vez, o cargo de Prefeito.

### **SUBSEÇÃO I DAS LICENÇAS E DAS FÉRIAS**

Art. 72. O Prefeito deverá solicitar licença da Câmara Municipal, sob pena de extinção de seu mandato, nos casos de:

**Citado em:** Caput do Art. 202. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;

II – **(Revogado)**

III – afastamento do Município por mais de 15 (quinze) dias."

Parágrafo único O Prefeito deverá comunicar à Câmara Municipal o período em que afastar-se-á para gozo de férias.

Art. 73. O Prefeito tem direito de gozar férias anuais de trinta dias.

### **SUBSEÇÃO II DO SUBSÍDIO E VERBA DE REPRESENTAÇÃO**

Art. 74. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado por lei, em parcela única e definida no primeiro semestre do ano de realização das eleições, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI, da Constituição Federal.

Parágrafo único (Revogado)

Art. 75. O Prefeito regularmente licenciado pela Câmara terá direito a percepção do subsídio quando:

**Citado em:** Parágrafo único. do Art. 202. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

I – em tratamento de saúde;

II – em gozo de férias, acrescido do valor de um terço;

**Citado em:** Caput do Art. 6º. - Lei nº 1716 de 11 de Setembro de 2008 • **Citado em:** Caput do Art. 5º. - Lei nº 1867 de 10 de Julho de 2012

III – a serviço ou em missão de representação do Município.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 76. compete, privativamente, ao Prefeito Municipal:

I – nomear e exonerar os Secretários do Município;

II – exercer, com auxílio dos Secretários do Município, a direção administrativa municipal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal;

V – vetar, total ou parcialmente, Projetos de Lei;

VI – expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das Leis;

VII – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

**Citado em:** Parágrafo único do Art. 76. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

VIII – expor, por ocasião da abertura da sessão legislativa anual, a situação do Município e os planos de governo;

IX – prestar, por escrito e no prazo de trinta dias corridos, as informações que a Câmara Municipal solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Executivo;

X – enviar à Câmara Municipal os Projetos de Lei do plano plurianual, dar diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, previsto nesta lei Orgânica;

XI – prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XII – prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da Lei;

**Citado em:** Parágrafo único do Art. 76. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

XIII – celebrar convênios para a execução de obras e serviços;"

XIV – prover os cargos em comissão do Poder Executivo, na forma da Lei.

Parágrafo único O prefeito poderá delegar ao Vice-prefeito e a Secretários do Município, as atribuições nos itens VII e XII.

**Vide:** XII - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990 • **Vide:** VII - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

## SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 77. Os crimes de responsabilidade, bem como as infrações político-administrativas do prefeito serão definidos em Lei Federal e a apuração desses ilícitos observa as normas de processo em julgamento.

Art. 78. O Prefeito Municipal, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Vereadores, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado nos casos de infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal nos de infrações político-administrativas.

§ 1º (Revogado)

I – (Revogado)

II – (Revogado)

§ 2º Se dentro de cento e oitenta dias de recebida a denúncia o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º (Revogado)

§ 4º O Prefeito Municipal, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

## **SEÇÃO IV**

### **DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

Art. 79. Os secretários municipais, auxiliares do Prefeito, serão escolhidos entre brasileiros, maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, sendo exoneráveis "ad nutum".

Art. 80. No impedimento do Secretário Municipal, e no caso de vacância, até que assuma novo titular, suas atribuições serão desempenhadas por servidor da pasta, por designação do prefeito Municipal.

Art. 81. Compete ao Secretário Municipal, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

- I – exercer a coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos assinados pelo Prefeito;
- II – expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos;
- III – apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual de atividades da secretaria a seu cargo;
- IV – praticar os atos para os quais recebeu delegação de competência do Prefeito;
- V – comparecer, sempre que convocado, à Câmara Municipal para prestar informações ou esclarecimentos a respeito de assuntos compreendidos pela área da respectiva Secretaria.

## **TÍTULO III**

### **DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO SISTEMA TRIBUTÁRIO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 82. O sistema tributário no Município é regulado pelo disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado, na legislação complementar pertinente e nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único

- I – impostos;
- II – taxas;
- III – contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas.
- IV – contribuição para o custeio da iluminação pública.

Art. 83. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 84. A concessão de anistia, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais que envolva matéria tributária ou dilatação de prazos de pagamento de tributo, só poderá ser feita com autorização da Câmara Municipal.

§ 1º Os benefícios a que se refere este artigo serão concedidos por prazo determinado, não podendo ser concedido no último exercício da legislatura.

§ 2º A concessão de anistia ou remissão fiscal no último exercício de cada legislatura só poderá ser admitida por quorum qualificado de 2/3 (dois terços).

Art. 85. As alterações, reajustes, reavaliações ou alterações de critérios para a cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhorias serão, previamente, aprovados pela Câmara Municipal.

Art. 86. (Revogado)

- I – (Revogado)
- II – (Revogado)
- III – (Revogado)
- IV – (Revogado)
- V – (Revogado)

##### **SEÇÃO II**

##### **DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS**

Art. 87. Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

**Citado em:** § 1º do Art. 87. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

II – transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

**Citado em:** § 2º do Art. 87. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

III – (Revogado)

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, B, da Constituição Federal.

**Citado em:** § 3º do Art. 87. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o artigo 182, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, o imposto previsto no inciso I poderá:

**Vide:** I - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

**Vide:** II - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II – compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso IV do caput deste artigo, caberá à lei complementar:

**Vide:** IV - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior; e

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Art. 87-A. O Município poderá instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no Art. 150, I e III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

## **CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO**

Art. 88. A receita e a despesa públicas obedecerão às seguintes leis de iniciativa do Poder Executivo:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º a lei orçamentária anual compreenderá:

I – orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder Público.

§ 4º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 5º A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 89. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Parágrafo único As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei.

Art. 90. O Poder Executivo deverá apresentar ao Poder Legislativo, trimestralmente, demonstrativo do comportamento das finanças públicas, considerando:

- I – as receitas, despesas e evolução da dívida pública;
- II – os valores realizados desde o início do exercício até o último mês do trimestre objeto de análise financeira;
- III – as previsões atualizadas de seus valores até o fim do exercício financeiro.

Art. 91. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual às diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento.

§ 1º Caberá à Comissão de Finanças:

**Citado em:** XVIII - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

- I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;
- II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Casa.

§ 2º As emendas serão apresentadas à Comissão, que emitirá parecer, para apreciação, na forma regimental, pelo Plenário.

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 3º As emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais ou aos projetos que as modifiquem só poderão ser aprovados caso:

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

- I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídos os que incidam sobre:
  - a) dotação para pessoal;
  - b) serviço da dívida;
- III – sejam relacionados com:
  - a) correção de erros ou omissões;
  - b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

**Citado em:** I - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

§ 5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e de orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal nos termos da lei complementar previsto no Artigo 165, § 9º da Constituição Federal.

§ 7º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 8º Os projetos do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais serão enviados ao Poder Legislativo pelo Prefeito, nos seguintes prazos:

**Citado em:** Caput do Art. 181. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

- I – o projeto de lei do plano plurianual até 30 de junho do primeiro ano de mandato do Prefeito;
- II – o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, anualmente, até 30 de setembro;
- III – os projetos de lei dos orçamentos anuais até 30 de novembro de cada ano.

§ 9º Os projetos de lei de que trata o parágrafo anterior deverão ser encaminhados, para sanção, nos seguintes prazos:

**Citado em:** Caput do Art. 181. - Resolução nº 9 de 12 de Dezembro de 2008

- I – o projeto de lei do plano plurianual até 31 de agosto do primeiro ano do mandato do Prefeito e o projeto de lei de diretrizes orçamentárias até 31 de outubro de cada ano;
- II – os projetos de lei dos orçamentos anuais até 20 de dezembro de cada ano.

Art. 92. São vedados:

- I – o início de programas ou projetos não incluídos nas leis orçamentárias anuais:



- II – a realização de despesas ou tomada de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;
- IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica, bem como a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas na Constituição Federal;
- V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma dotação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos;
- IX – a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 93. a despesa com pessoal ativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, só poderão ser feitas:

- I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 94. os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, deverão ser entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma que dispuser a lei complementar a que se refere o artigo 165, § 9º da Constituição Federal.

**Citado em:** Caput do Art. 5º. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

## **TÍTULO IV DA ORDEM PÚBLICA**

### **CAPÍTULO I DA SEGURANÇA PÚBLICA**

#### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 95. A segurança do patrimônio público é de responsabilidade da Guarda Municipal armada criada por lei que disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Parágrafo único. A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 96. (Revogado)

## **TÍTULO V DA ORDEM ECONÔMICA**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 97. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Art. 98. É assegurada a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em Lei.

Art. 99. Incumbe ao Poder Público, na forma da Lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Art. 100. a todo proprietário rural do Município de Agudo, e a todo proprietário urbano da cidade de Agudo, são asseguradas, gratuitamente, através de trabalho a ser prestado pela Prefeitura Municipal, as obras de acesso necessárias à sua propriedade, ou de sua propriedade até a via pública.

Art. 101. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

### **CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA**

Art. 102. O Poder Público Municipal executará a política de desenvolvimento urbano, objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, observadas as diretrizes gerais.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º O Poder Público Municipal poderá, mediante Lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurando o valor real da indenização e os juros legais.

## **TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 103. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

### **CAPÍTULO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 104. O Município prestará assistência social a quem dela necessitar visando, entre outros, aos seguintes objetivos:

I – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – amparo aos carentes e desassistidos;

III – habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida social comunitária.

Art. 104-A. Os investimentos na área de Assistência Social serão, prioritariamente, aplicados em programas de cunho coletivo e que promovam a emancipação progressiva dos usuários.

### **CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

#### **SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO**

Art. 105. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 106. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público municipal, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições escolares mantidas pelo Município;
- I – gestão democrática do ensino público;
- II – garantia de padrão de qualidade.

Art. 107. o Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º Cabe ao Município oferecer condições para o recenseamento dos educandos para o ensino fundamental, zelando, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência regular à escola.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa.

§ 3º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 4º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento e contribuição social do salário-educação.

Art. 108. O Município aplicará no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único O Município publicará, anualmente, relatório da execução financeira da despesa em educação, por fonte de recursos, discriminando os gastos mensais.

Art. 109. O Município promoverá cursos de atualização e aperfeiçoamento aos professores e especialistas da rede escolar.

Art. 110. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 111. Fica assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários o direito de organizarem-se em todos os estabelecimentos de ensino, sob a forma de associação.

#### **SEÇÃO II DA CULTURA**

Art. 112. O Município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais

Art. 113. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

### **SEÇÃO III DO DESPORTO**

Art. 114. É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional;
- III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional.

### **CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE**

Art. 115. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Município e à coletividade a sua defesa, preservação e restauração para as presentes e futuras gerações, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, o Município desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, tendo como metas primordiais:

- I – proteger os recursos naturais renováveis, buscando o seu uso racional através de práticas, métodos e processos capazes de garantir a sua perpetuação, a serem definidas em lei complementar;
- II – definir os espaços territoriais a serem protegidos pela criação de unidades de conservação municipais, promovendo o seu cadastramento e garantindo a sua integridade;
- III – fiscalizar e normatizar, no que couber, a pesquisa, produção, armazenamento, uso de embalagens e o destino final de produtos e substâncias potencialmente perigosas à saúde e ao meio ambiente, disciplinando o emprego de métodos e técnicas de uso dessas substâncias;
- IV – promover e assegurar a educação ambiental em todos os níveis de ensino, buscando a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente, com ênfase aos jovens em idade pré-escolar;
- V – informar a população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico, indicando as medidas preventivas e/ ou corretivas possíveis de serem adotadas;
- VI – incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante a celebração de acordos, convênios e consórcios;
- VII – promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação adequada para o uso do solo;
- VIII – a instalação e operação de obra ou atividade pública ou privada que possa causar dano significativo à paisagem e ao meio ambiente, dependerá da realização de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade prévia;
- IX – proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico e científico, prevendo a sua utilização e condições que assegurem a sua conservação;
- X – preservar a integridade e a diversidade do patrimônio genético contido em seu território, mantendo e ampliando os bancos de germoplasma;
- XI – incentivar e apoiar as manifestações comunitárias e de entidades de caráter científico cultural, educacional e recreativo, com finalidades ecológicas;
- XII – estabelecer normas com o fim de promover a reciclagem, a destinação e o tratamento dos resíduos industriais, hospitalares, dos agrotóxicos e dos rejeitos domésticos;
- XIII – preservar e recuperar os recursos hídricos, as lagoas, os banhados e os leitos sazonais dos cursos d'água, vedadas as práticas que venham a degradar as suas propriedades.

§ 2º as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras são responsáveis pela coleta, tratamento e disposição final dos resíduos e pela desativação de produtos que tenham o uso proibido.

§ 3º O Município, respeitando o direito de propriedade, poderá executar levantamentos, estudos, projetos e pesquisas necessários ao conhecimento do meio físico, assegurando ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

§ 4º Reconhecida a culpa, o agente da poluição ou dano ambiental será responsabilizado, devendo ressarcir os prejuízos e/ou promover os reparos que se fizerem necessários.

Art. 116. O estabelecimento de pólos industriais e de projetos de hidroelétricas ou termoelétricas municipais, bem como a execução de projetos que possam alterar de forma significativa ou irreversível uma região, um ou mais ecossistemas, no voto ou em parte, dependerão de autorização da Câmara Municipal de Vereadores, que decidirá ouvindo técnicos e a comunidade.

Art. 117. Fica proibido, nos limites do Município, o depósito de resíduos tóxicos ou radioativos, de remanescentes de produtos proibidos ou potencialmente tóxicos, provenientes de outros municípios.

Art. 118. Os órgãos de pesquisa, instituições científicas oficiais e de Universidades, bem como pesquisadores independentes, desde que reconhecida a sua capacidade, poderão realizar a coleta de material e a experimentação com tratamento adequado do solo, bem como de escavações para fins científicos, mediante licença prévia do órgão fiscalizador, ouvido os interesses do Município.

Parágrafo único As áreas com indícios e/ ou vestígios de sítios paleontológicos e arqueológicos devem ser preservados para fins específicos de estudos até que estes sejam concluídos, cabendo ao executor da pesquisa a apresentação prévia de plano de recuperação das áreas afetadas, às suas custas, no prazo máximo de cento e oitenta dias para a execução dos reparos.

Art. 119. as unidades municipais públicas de conservação são consideradas patrimônio público inalienável, sendo proibida a sua concessão, permuta, venda, cedência, bem como qualquer tipo de atividade, empreendimento público ou privado que danifique ou altere as suas características naturais.

Art. 120. Serão concedidos incentivos para a preservação de áreas de interesse ecológico em propriedades privadas.

Parágrafo único Os incentivos serão na forma de atividades e/ou obras nas propriedades, decididas de comum acordo entre as partes.

Art. 121. O Município exercerá, nos limites da lei federal, o direito de limitar o uso de propriedade nos casos em que representar risco de extinção à flora e fauna.

Art. 122. São declarados de Utilidade Pública, em períodos de estiagem, o Arroio Grande, também chamado de Arroio Grande, também chamado de Arroio Hermes e seus afluentes, em toda a sua extensão.

Parágrafo único Na incidência da situação prevista neste artigo:

I – não poderão ocorrer represamentos de água desde a nascente destes até o ponto de coleta de água da CORSAN;

II – não poderão ocorrer represamentos que retenham mais de 50% da água no trecho restante.

## **TÍTULO VII DA SAÚDE**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 123. A Saúde é um direito de todos e dever do Poder Público, cabendo ao Município, juntamente com o Estado e a União, prover as condições indispensáveis a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 1º O dever do Poder Público de garantir a Saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução dos riscos de doenças e outros agravos e no estabelecimento de condições específicas que assegurem acesso universal às ações e serviços públicos de Saúde.

§ 2º O dever do Poder Público não exclui aquele inerente a cada cidadão, família e sociedade.

Art. 124. O conjunto de ações e serviços públicos de Saúde, no âmbito do Município, constitui um sistema único, obedecendo aos seguintes princípios e diretrizes;

I – universalidade, integralidade e igualdade no acesso e prestação dos serviços, respeitada a autonomia das pessoas, eliminando-se os preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

II – descentralização político-administrativa na gestão dos serviços, assegurada ampla participação comunitária;

III – utilização do método epidemiológico para o estabelecimento de prioridade, a alocação de recursos e a orientação dos programas de Saúde.

Art. 125. A iniciativa privada, através de pessoas naturais e instituições, poderá participar, em caráter supletivo, do Sistema Único Municipal de Saúde, observadas as diretrizes estabelecidas em Lei Complementar.

Art. 126. Ao Município, através de órgão próprio, incumbe, na forma da lei:

I – a administração do Sistema Único Municipal de Saúde:

- II – a coordenação e a integração das ações públicas, individuais e coletivas, de Saúde;
- III – a regulamentação, controle e fiscalização dos serviços públicos de Saúde;
- IV – o estímulo à formação da consciência pública voltada à preservação da Saúde e do meio ambiente;
- V – a garantia do pleno funcionamento da capacidade instalada dos serviços públicos de Saúde, inclusive ambulatoriais, laboratoriais e hospitalares, visando a atender às necessidades da população;
- VI – o desenvolvimento de ações específicas de prevenção e a manutenção de serviços públicos de atendimento especializado e gratuito para crianças, adolescentes e idosos portadores de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla;
- VII – a criação de programas e serviços públicos, gratuitos, destinados ao atendimento especializado e integral de pessoas dependentes do álcool, entorpecentes e drogas afins;
- VIII – o desenvolvimento de programas integrais de promoção, proteção e reabilitação de saúde mental e oral, os quais serão obrigatórios e gratuitos para a comunidade escolar da rede pública municipal;
- IX – a administração do Fundo Municipal de Saúde;
- X – o fornecimento de recursos educacionais e de meios científicos que assegurem o direito ao planejamento familiar, de acordo com a livre decisão do casal.

Art. 127. Ao Conselho Municipal de Saúde, órgão normativo e deliberativo, encarregado de formular e controlar a execução da política municipal de Saúde, compete:

**Citado em:** Caput do Art. 8º. - Lei nº 792 de 20 de Agosto de 1991

- I – definir os critérios da descentralização político-administrativa e da regionalização, hierarquização e distritalização das ações e serviços públicos municipais de Saúde;
- II – Elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Saúde, inclusive os relativos ao Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a sua execução e avaliando-o permanentemente;
- III – compatibilizar e complementar, de acordo com a realidade municipal, as normas técnicas federal e estadual relativas à Saúde;
- IV – formular a política de recursos humanos dos profissionais de Saúde, acompanhando sua implementação e avaliando os resultados;
- V – formular e implementar, diretamente, o sistema de informações em Saúde a nível municipal;
- VI – formular as políticas municipais de planejamento e familiar, saúde mental, saúde oral, promoção nutricional, vigilância sanitária e vigilância epidemiológica, acompanhando a sua execução e avaliando os resultados;
- VII – formular as políticas públicas de assuntos atinentes à promoção, proteção e reabilitação da Saúde.

Art. 128. **(Revogado)**

Art. 129. O Município garantirá a implantação, o acompanhamento e a fiscalização da política de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida, de acordo com sua especificidade, assegurando, nos termos da lei:

- I – assistência ao pré-natal, parto, puerpério, incentivo ao aleitamento e assistência clínico-ginecológica;
- II – direito à auto-regulação da fertilidade, com livre decisão da mulher, do homem ou do casal, para exercer a procriação ou para evitá-la, vedada qualquer forma coercitiva de indução;
- III – assistência à mulher em caso de aborto previsto em lei ou seqüelas de abortamento;
- IV – atendimento à mulher vítima de violência.

## **TÍTULO VIII**

### **DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 130. Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

- I – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;
- II – os pormenores para a sua execução;
- III – os recursos para o atendimento das respectivas despesas;
- IV – os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º as obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 131. A permissão de serviço público a título precário será outorgada por decreto do Prefeito após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão somente será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de licitação.

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

§ 4º (Revogado)

Art. 132. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

## **TÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 133. Deverão Os Poderes do Município:

I – auscultar permanentemente a opinião pública, de modo especial através dos conselhos comunitários e das associações de classe;

II – divulgar, com a devida antecedência, os anteprojetos de leis sobre codificações, bem como, sempre que o interesse público o aconselhar, os anteprojetos de outras leis, estudando as sugestões recebidas e, quando oportuno, manifestar-se sobre as mesmas;

III – tomar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

IV – facilitar aos servidores municipais sua participação em cursos, seminários, congressos e conclaves semelhantes, que lhes propiciem aperfeiçoar seus conhecimentos, para melhor desempenho das respectivas funções;

V – facilitar o estágio de estudantes em seus diversos órgãos, obedecidas as disposições estabelecidas em lei pertinente, federal, estadual e municipal.

Art. 134. O município providenciará para que todos quantos exerçam cargos de direção ou sejam responsáveis pela guarda e manipulação de dinheiros públicos, ou de bens pertencentes ao patrimônio municipal, apresentem, ao assumirem o cargo ou função, declaração de bens e valores.

Art. 135. É vedada qualquer atividade política-partidária, nas horas e locais de trabalho, a quantos prestem serviços ao Município.

Art. 136. aos funcionários municipais é vedada qualquer participação direta ou indireta no produto da receita do Município.

Art. 137. 37 – É lícito a qualquer munícipe obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 138. As associações religiosas podem manter cemitérios particulares.

Art. 139. Qualquer cidadão poderá pleitear perante os Poderes Públicos competentes a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio Municipal.

Art. 140. A publicação das leis e dos atos administrativos far-se-á na rede mundial de computadores e por afixação na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Art. 141. Esta Lei Orgânica e o Ato das Disposições Transitórias, depois de assinados pelos Vereadores, serão promulgados e entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### **ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 1º. Lei ordinária a ser proposta pelo poder executivo, até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta lei orgânica criará a Guarda Municipal, bem como disporá sobre sua competência, atribuições, quadro funcional e destinará dotação orçamentária.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 2º. Fica criada a Secretaria Municipal da Juventude e Esporte, cujo Projeto de Lei de sua criação, atribuições, estrutura funcional, atividades e destinações de recursos, será enviado à Câmara, pelo Executivo, dentro de dois anos, a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 3º. No prazo de um ano a contar da promulgação desta Lei orgânica, o Poder Executivo enviará Projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores, dispendo sobre a política de distribuição de lotes residenciais, destinados a vilas e casa populares em Agudo, constando o mesmo, a regulamentação, forma de distribuição, pessoas que podem ser beneficiadas, demais critérios e infra-estrutura necessária entre outros.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 4º. Fica assegurado aos estudantes universitários residentes no município de Agudo, subsídio mensal para o custeio do transporte até o local de estudo, desde que este tenha sede nas cidades de Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul ou Santa Maria, devendo a Lei Ordinária, a ser proposta pelo Executivo até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei Orgânica, regulamentar a matéria, bem como destinar recursos orçamentários.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 5º. Até que seja editada a lei complementar referida no artigo 94 da Lei Orgânica, os recursos da Câmara Municipal ser-lhe-ão entregues;

**Vide:** Caput do Art. 94. - Lei Orgânica Municipal nº 1 de 02 de Abril de 1990

- I – até o dia 20 (vinte) de cada mês, os destinados ao custeio da Câmara;
- II – dependendo do comportamento da receita, os destinados ao custeio da Câmara;

Art. 6º. Fica criado o Conselho Municipal – CRONCRIANÇA – o qual terá a incumbência do planejamento das atividades de apoio à criança carente do Município, especialmente no que concerne à sua educação, recreação, alimentação e saúde, devendo em 180 (cento e oitenta) dias contados da data da promulgação desta lei à Câmara Municipal de Vereadores, regulamentando a matéria e dotando o orçamento de recursos para sua execução.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 7º. Fica assegurado, a todo aposentado, residente no interior do município o pagamento da passagem de retorno, uma vez por mês, devendo lei ordinária ser proposta pelo Executivo, até 210 (duzentos e dez) dias da promulgação desta Lei orgânica, regulamentar a matéria, especialmente quanto ao seu custeio e destinação de recursos orçamentários.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 8º. O Município, nos termos da lei, organizará o Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º. Fica assegurado ao estudante, residente no interior do município de Agudo, passagem escolar, através de transporte gratuito de linha regular de transporte de passageiros, desde que o beneficiado freqüente escola localizada na cidade de Agudo, cujos cursos não existam ou funcionem onde reside, devendo a lei ordinária a ser proposta pelo Executivo até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei Orgânica, regulamentar a matéria, especialmente quanto ao seu custeio e destinação de recursos orçamentários.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

Art. 10. Lei disporá sobre a organização do sistema Municipal de Proteção ambiental que terá como atribuições e elaboração, implementação, execução e controle da política ambiental do Município.

Art. 11. Lei complementar, a ser enviada pelo Poder Executivo em 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação da Lei Orgânica do Município, disporá sobre o Código Sanitário do Município, a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e a participação da iniciativa privada no Sistema Único Municipal de Saúde.

**Inconstitucional** - Declaração de Inconstitucionalidade conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 591.017.132.

AGUDO, 2 de abril de 1990.

ADEMIR KESSELER  
Presidente

ALDO LUIZ GERMANO BERGER  
Vice-presidente

ROMILDO NIDIBALDO HALBERSTADT



Secretário

HASSO HARRAS BRAUNIG

LAURO REINOLDO REETZ

MILTON CLEVER JAEGER

NILO DICKOW

NILSON IVOSCHIEFELBEIN

RENATO ANTÔNIO SCHIEFELBEIN